



**Fórum de  
Pró-Reitores  
de Extensão  
das Instituições  
Públicas de  
Educação Superior  
Brasileiras**



Open access  free available online

Revista Brasileira de Extensão Universitária

v. 10, n. 3, p. 167-174, set.-dez. 2019 e-ISSN 2358-0399

DOI: <https://doi.org/10.36661/2358-0399.2019v10i3.10916>

Originals recebidos em 17 de junho de 2019

Aceito para publicação em 02 de novembro de 2019

## TRAJETÓRIA PARA A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: ATUAÇÃO DO FOREXT E DIRETRIZES NACIONAIS

Luciane Iwanczuk Steigleder<sup>1</sup>,

Dinora Tereza Zucchetti<sup>2</sup>, Rosemari Lorenz Martins<sup>3</sup>

**Resumo:** A extensão universitária é um processo educativo de grande relevância acadêmica. Seu reconhecimento está atrelado ao importante papel exercido pelos Fóruns de Extensão das universidades. A atuação dos fóruns também fomentou a institucionalização da extensão e assinalou a curricularização como alternativa para sua efetivação. Contudo, essa creditação da extensão nos cursos de graduação tem se apresentado como um desafio para as instituições de ensino superior, principalmente pela recente publicação de Diretrizes nacionais para extensão. O Fórum Nacional de Extensão das Universidades Comunitárias – FOREXT apresentou atuação importante no pleito dessa discussão junto ao Ministério da Educação - MEC, que instituiu o trabalho conjunto dos fóruns para o estabelecimento dessas Diretrizes. Dessa forma, o objetivo do presente trabalho é identificar a trajetória que leva à curricularização da extensão universitária e o papel do FOREXT no estabelecimento de diretrizes para a extensão brasileira. A metodologia, de natureza exploratória, envolve análise documental e bibliográfica, para o resgate histórico do conceito de extensão. Como resultados, têm-se, primeiramente, a identificação de que o reconhecimento da extensão apresenta avanços importantes ao longo da história, para os quais a atuação do FOREXT foi significativa. Além disso, a definição de conceitos é fundamental para viabilizar a institucionalização da extensão, tendo em vista que sua trajetória favoreceu a concomitância de diferentes modelos nas universidades. Por fim, a implantação das Diretrizes em âmbito nacional vem permitindo a qualificação das práticas extensionistas e a ampliação de sua abrangência de forma pertinente.

**Palavras-chave:** Creditação Curricular; Concepção de Extensão; Princípios; Ensino Superior

Content shared under [Creative Commons Attribution 4.0 Licence CC-BY](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

1 Mestranda do Programa de Pós-Graduação (PPG) em Diversidade Cultural e Inclusão Social da Universidade FEEVALE, Coordenadora do Núcleo de Extensão Universitária. [luciane.iwanczuk@gmail.com](mailto:luciane.iwanczuk@gmail.com) (autora para correspondência).

2 Universidade FEEVALE, Professora Permanente do PPG em Diversidade Cultural e Inclusão Social, Universidade FEEVALE. Bolsista Produtividade em Pesquisa – CNPq.

3 Professora Permanente do Mestrado Profissional em Letras e Professora Colaboradora do PPG em Diversidade Cultural e Inclusão Social da Universidade FEEVALE.

## The trajectory for the insertion of university extension in the academic curriculum: FOREXT and national guidelines

**Abstract:** University Extension is an educational process of high academic relevance. The University Extension's qualification recognition is linked to the important role played by Universities Extension Forums from Brazil. The activities of the forums also fostered the extension's institutionalization, marking its insertion in the academic curriculum as an alternative for effectiveness. However, this endorsement in the undergraduate courses has been a challenge for higher education institutions, mainly due to the presented national guidelines for the practice of extension. The Extension National Forum of Community Universities - FOREXT presented an essential role in the discussion at the Ministry of Education, which highlighted the forum's work team to establish these guidelines. Hence, this work aimed to identify the trajectory that leads to the insertion of the university extension in the academic curriculum and the role of FOREXT in the establishment of guidelines for the practice of university extension in Brazil. The methodology, which has exploratory nature, comprises documentary and bibliographic analysis, to review the extension concept. As a primer result, we identified that the endorsement of extension presents important advances throughout history, due to FOREXT's significant contribution. Besides, we verified that the concept definition is central to enable the institutionalization of university extension, considering that its trajectory was propitious to different and concomitant models in the universities. Finally, we corroborated the nationwide implementation of the guidelines has qualified the extension practices and allowed the enlargement of its scope correctly.

**Keywords:** Curriculum crediting; University Extension Concept; Principles; Higher Education

## Trayectoria para la curricularización de la extensión universitaria: FOREXT y directrices nacionales

**Resumen:** La extensión universitaria es un proceso educativo de gran relevancia académica. Su reconocimiento está vinculado al importante papel desempeñado por los Foros de Extensión Universitaria. Las actividades de los foros también fomentaron la institucionalización de la extensión y señalaron la curricularización como una alternativa para su realización. Sin embargo, esta acreditación de extensión en cursos de grado se ha sido un desafío para las instituciones de educación superior, principalmente debido a la reciente publicación de las Directrices Nacionales de Extensión de Brasil. El Foro Nacional de Extensión de las Universidades Comunitarias -FOREXT presentó un papel importante en esta discusión con el Ministerio de Educación - MEC, que instituyó el trabajo conjunto de los foros para el establecimiento de estas Directrices. Por lo tanto, el objetivo del presente trabajo es identificar la trayectoria que conduce a la curricularización de la extensión universitaria y el papel del FOREXT en el establecimiento de directrices para la extensión brasileña. La metodología, de naturaleza exploratoria, implica el análisis documental y bibliográfico, para el rescate histórico del concepto de extensión. Como resultado, tenemos, primero, la identificación de que el reconocimiento de extensión presenta avances importantes a lo largo de la historia, para cual el desempeño de FOREXT fue significativo. Además, la definición de conceptos es fundamental para permitir la institucionalización de la extensión, dado que su trayectoria favoreció la concomitancia de diferentes modelos en las universidades. Finalmente, la implementación de las Directrices a nivel nacional ha permitido calificar las prácticas extensionistas y expandir su alcance de manera pertinente.

**Palabras-clave:** Acreditación curricular; Concepción de extensión; Principios; Enseñanza superior

## Introdução

A extensão é um processo educativo que estabelece uma relação transformadora entre a universidade e a sociedade. Ela integra o tripé ensino, pesquisa e extensão que fundamenta a atuação da universidade, conforme previsto na Constituição de 1988. Contudo, apesar do reconhecimento formal da extensão por meio dos documentos legais enquanto função acadêmica, evidencia-se que a prática está distante disso.

A curricularização da extensão está prevista na meta 12.7 do Plano Nacional de Educação - PNE 2014 – 2024, exigindo das instituições de ensino superior a busca de estratégias para promover sua efetivação. É entendida como sendo a atribuição de créditos disciplinares às ações de extensão nos cursos de graduação, alcançando 10% da carga horária total. Todavia, para cumprir essa creditação nos cursos de graduação, havia carência de Diretrizes em âmbito nacional para concretizar sua institucionalização.

Nesse contexto, os fóruns representativos da extensão no cenário nacional unem forças para pautar a necessidade de

assegurar o cumprimento da meta 12.7 e propõem Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. A aprovação de uma Resolução com esse propósito, no ano de 2018, junto ao Ministério da Educação – MEC marca um importante avanço para a extensão e deverá favorecer sua institucionalização.

Diante dessas questões, objetiva-se, neste artigo, identificar a trajetória que leva à curricularização da extensão universitária e o papel do FOREXT no estabelecimento de Diretrizes para a extensão brasileira. Para tal, apresenta-se, na primeira seção, um resgate histórico da extensão; na segunda, o surgimento e o papel dos fóruns representativos, para então finalizar com uma última seção, que revela o processo de construção das Diretrizes, analisando seus enfoques e possíveis intencionalidades.

O presente trabalho tem natureza exploratória, descrevendo a extensão como objeto em foco no estudo, e utiliza a análise documental para o levantamento de informações para um debate teórico, de acordo com Vasconcelos (2011). Inicialmente, foram levantados os documentos, sendo considerados a legislação, os planos nacionais de educação e as políticas oriundas dos fóruns de extensão e as Diretrizes para Extensão na Educação Superior Brasileira (BRASIL, 2018a) recentemente publicadas, sendo que esses documentos estão disponíveis em *sites* de acesso público. A análise também se caracteriza pela pesquisa bibliográfica por meio do acesso a artigos atuais sobre o tema da curricularização da extensão, o que permitiu apresentar a trajetória histórica da extensão universitária no Brasil. As fontes foram definidas por meio de levantamento realizado com categorias temáticas relacionadas ao assunto.

### *Resgate Histórico da Extensão Brasileira*

O ensino superior no Brasil tem sua origem marcada por uma formação profissionalizante, desenvolvida de forma isolada em faculdades, com práticas pedagógicas tradicionais e simplistas. Conforme Imperatore et al. (2015, p. 4), “observa-se que houve no Brasil, certa desvalorização do ensino superior em função de sua origem tardia e de uma história universitária que se vincula a um processo de perpetuação das desigualdades, de servidão ao Estado e/ou mercado”. A autora refere ainda que a extensão, nesse período, estava desarticulada da função acadêmica e suas ações surgiam a partir de influências dos modelos europeu (cursos e conferências) e norte-americano (prestação de serviços).

A partir de 1930, iniciou-se uma reforma educacional no país que pautou o ensino voltado à produção de conhecimento, enquanto a extensão se organizou em ações com as classes populares com a intenção de conscientizá-las sobre seus direitos. De acordo com Gadotti,

a universidade brasileira nasceu, tardiamente, na primeira metade do século XX e foi só a partir dos anos 1950 e 1960 que ela despertou para o seu compromisso social, muito por influência dos movimentos sociais, particularmente, com a participação da União Nacional dos Estudantes (UNE) [...] (2017, p.1).

A expansão do ensino superior foi promovida, segundo Imperatore et al. (2015), pelo Regime Militar, o qual, no entanto, reprimiu o pensamento político, crítico e democrático, limitando a atuação das universidades, que retrocederam para apenas qualificar a mão de obra para o mercado de trabalho. A autora registra que, nesse período, a extensão foi mencionada nos documentos regulatórios do ensino superior, mas ficou resumida a cursos aos estudantes matriculados e egressos. Com caráter secundário e superficial, a função da extensão resumiu-se a disseminar os conhecimentos para as comunidades que, em geral, estavam excluídas do ambiente universitário.

É importante frisar que o momento político interferiu diretamente no caráter que a extensão adotou e em seus objetivos, passando a ser um meio de controle dos movimentos sociais, principalmente de jovens (SANTOS; SANTOS, 2011). Após o golpe de 1964, os projetos de extensão tornaram-se mais assistencialistas, e foram uma demonstração clara da intenção de responsabilizar as universidades pelo serviço comunitário e canalizar a ação dos estudantes em prol da nação, garantindo a ordem necessária à manutenção do sistema operante. Conforme Imperatore et al. (2015, p. 5), o regime militar “também coibiu ferrenhamente sua expansão rumo a uma universidade crítica e democrática pois, reprimiu o pensamento político no meio acadêmico”.

Alguns dos programas criados na época, mencionados por Santos e Santos (2011), Imperatore et al. (2015) e Gadotti (2017), tais como o projeto Rondon, o Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária – CRUTAC, o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL e o Campus Avançado, são exemplos dessa ação assistencialista. Gadotti (2017, p.2) afirma, no entanto, que esses projetos deixaram alguns resultados positivos, apesar desse caráter assistencialista, pois “possibilitaram aos jovens estudantes universitários a vivência em comunidades rurais mais empobrecidas do país”.

Esses resultados podem estar relacionados ao caráter atribuído aos projetos e às ações referidas, pois, conforme registro do FOREXT (2013a, p. 9), “a universidade, contudo, enquanto espaço de expressão de conflitos, absorveu e, simultaneamente, repeliu as políticas impostas pelo regime militar”. O fórum reforça ainda em seus documentos que a universidade “[...] imprimiu a esses projetos um caráter crítico e participativo, resgatando direitos de cidadania que haviam sido suprimidos pela ditadura” (FOREXT, 2013a, p. 10).

A expansão da educação superior no Brasil trouxe, principalmente nos anos 1940 e 1950, um segmento novo de instituições oriundas de congregações religiosas, associações ou organizações regionais, que são denominadas universidades comunitárias. Essas universidades estão previstas na Constituição (BRASIL, 1988) como instituições públicas de caráter não estatal porque, por sua própria concepção, constroem forte presença na comunidade. Também apresentam atuação junto a movimentos populares, associando a educação popular às suas práticas de caráter social (FOREXT, 2013a).

Gadotti (2017, p. 7) destaca a influência da educação popular na concepção da extensão e as experiências significativas das Instituições Comunitárias de Educação Superior - ICES. Segundo o pesquisador, “as inspirações e contribuições de Paulo Freire a Educação Popular continuam muito atuais, constantemente reinventadas por novas práticas sociais, culturais e educativas”. Paulo Freire questionou a extensão enquanto ação com a conotação de estender as técnicas e os conhecimentos, atribuindo à essência da educação popular a dialógica da comunicação. De acordo com Freire, “o conhecimento não se estende do que se julga sabedor até aqueles que se julga não saberem; o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação e se aperfeiçoa na problematização crítica dessas relações” (FREIRE, 2006, p. 36). A contribuição de Freire, no que tange ao tensionamento da concepção da extensão, também está presente nos documentos do FOREXT, segundo os quais,

...novos sentidos foram conferidos às práticas de ensino, pesquisa e extensão, que passaram a ser compreendidas não somente como transmissão de conteúdos, mas como fruto do diálogo entre os diversos saberes, oriundos tanto da sociedade como da universidade (2013a, p. 9).

Apesar dos impactos das obras de Freire, cujo debate sobre a extensão se fez presente em 1977, na obra *Extensão ou Comunicação*, o cenário nas universidades é ainda caracterizado por ações que imprimem o ato de estender conhecimentos. Assim, os anos 1980 foram marcados pelo aumento das atividades extensionistas nas universidades, envoltas por um cunho emancipador e assistencial e, ao mesmo tempo, agregando uma visão mercantilista (IMPERATORE et al., 2015).

Na Década de 1990, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) definiu padrões de referência e processos avaliativos; que fizeram o modelo educacional avançar. Enquanto na política nacional se vivia um momento voltado ao desenvolvimentismo, ou seja, à atuação do Estado para o crescimento da produção industrial e da infraestrutura, a extensão, transitava entre um enfoque de difusão do conhecimento para a inserção na realidade social, mas sempre desconexa da proposta curricular (IMPERATORE et al., 2015).

Finalizando o panorama até aqui apresentado, pode-se perceber que a extensão brasileira tem, ao longo de sua trajetória, avanços e retrocessos. As diferentes concepções da extensão se concretizam nas práticas encontradas nas universidades. Ao mesmo tempo em que se encontram atividades que assinalam uma visão mais assistencialista, também são realizadas atividades com caráter transformador.

#### *Surgimento e papel dos fóruns representativos da extensão*

Esta seção é dedicada a apresentar o surgimento dos fóruns de extensão e ao seu papel no processo de reconhecimento da extensão. A proposição de documentos normativos por esses fóruns demonstra a preocupação das universidades de qualificar as práticas extensionistas.

O surgimento do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras - FORPROEX ocorreu em 1980 e sua atuação permitiu alcançar grandes avanços, entre os quais se destaca a inclusão do artigo 207, na Constituição de 1988. Esta inclusão atribui à extensão o caráter de finalidade na universidade, com a mesma importância que o ensino e a pesquisa, por meio da indissociabilidade (GADOTTI, 2017).

O Plano Nacional de Extensão surgiu em 1990 a partir do FORPROEX. Nesse plano, ficaram estabelecidas as diretrizes da extensão, às quais foi agregada a referência à necessária contribuição da extensão para a mudança na sociedade (GADOTTI, 2017). Destaca-se que o Plano menciona ainda a necessidade de traduzir os objetivos elencados para a extensão universitária em metas para torná-los tangíveis. Entre essas metas, encontra-se a “institucionalização da participação da extensão no processo de integralização curricular, em quatro anos” (FORPROEX, 1998, p.8). A partir disso, posteriormente, essa meta foi incorporada ao Plano Nacional de Educação (PNE).

Nesse contexto, as ICES, que estavam ainda sem um reconhecimento legal (diferenciando-as das instituições públicas estatais e das privadas não-públicas), articularam-se para a discussão da extensão. Isso porque essas universidades apresentam características bastante distintas das instituições públicas e privadas, o que atribui também à extensão um papel diferenciado. Constituiu-se, então, em 1998, o FOREXT, com o apoio da Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (ABRUC) e da Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas (ABESC). Segundo Santos e Santos (2011), originou-se da necessidade de troca de conhecimentos e de práticas de extensão das ICES, a partir de alguns encontros prévios realizados entre os anos de 1995 e 1998. Nesse sentido,

... é importante destacar que este movimento em torno da extensão nasceu da preocupação e cuidado dispensado pelas Universidades e IES Concessionárias para a questão social, considerando-se os elevados índices de desigualdade e exclusão social do Brasil. A fundação do ForExt é a resposta destas instituições para o enfrentamento desta questão social brasileira, cientes que são de seu compromisso social (FOREXT, 2013a, p.16).

Além disso, sem uma representação dessas universidades no fórum das instituições públicas, havia dificuldades de se considerar os diferentes contextos na elaboração de políticas que pudessem abranger a extensão realizada em âmbito nacional. Essa proposição é corroborada por Santos e Santos (2011) ao afirmarem que a criação do FOREXT agregou “a dimensão da importância da atuação política destas instituições no processo de discussão acerca da Extensão no Brasil [...] garantindo a participação de todos os setores da educação superior brasileira (Público, Privado e Comunitário)” (p. 220). Ainda de acordo com os autores (SANTOS; SANTOS, 2011) os encontros iniciais do fórum foram pautados na análise do Plano Nacional de Extensão, que logo suscitou a falta de um debate mais amplo, já que esse Plano se originou das universidades públicas. Isso exigiu do FOREXT uma face

de interlocução política, a qual, naquele momento, estava focada nas instituições públicas e, posteriormente, no Governo Federal.

Desde então, o ForExt tem atuado nas principais discussões envolvendo as Políticas Nacionais referentes ao Ensino Superior, especialmente na defesa da extensão e de sua indissociabilidade, articulando as Universidades Confessionais e Comunitárias na propositura de uma reflexão da extensão pautada no elevado compromisso social, prestando sua contribuição à reflexão nacional, ao lado dos demais Fóruns Nacionais de Extensão e na sua relação com o próprio MEC (FOREXT, 2013a, p.16).

Como reconhecimento ao pleito de institucionalização da extensão, apontado pelo Plano Nacional de Extensão, o PNE 2001-2011 previu a curricularização da extensão. Porém, segundo Imperatore et al. (2015), esse Plano não passou de uma carta de intenções, a qual, apesar do interessante movimento de estudantes, de pais e de professores, não foi efetivo. Desse modo, o Plano também não foi efetivo em relação à curricularização da extensão e, concretamente, não mobilizou qualquer mudança nas universidades.

No âmbito do FOREXT, os anos seguintes à sua criação foram importantes para a sistematização de seus eventos e para a evolução das discussões sobre a extensão, trazendo temáticas atuais e realizando a interlocução com o FORPROEX. Como exemplo disso, pode-se referir a organização conjunta do Congresso Brasileiro de Extensão a partir de 2006 (SANTOS; SANTOS, 2011), evento que promoveu o debate ampliado e pautou a institucionalização da extensão:

4º CBEU, por sua vez, retomou o debate sobre a institucionalização da Extensão em mesa-redonda formada por integrantes do MEC e CNE. Na oportunidade, o debate versou sobre a necessidade de se institucionalizar a extensão através de seu efetivo registro, normatização e instauração de um processo de avaliação, acompanhado de uma política que lhe possibilite a visibilidade necessária e o fomento para sua sustentabilidade (FOREXT, 2009, p.2)

No contexto da primeira versão do PNE, o FOREXT corroborou a importância do reconhecimento da extensão como atividade fim. Juntamente com sua valorização nas avaliações do ensino superior pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, ao incluir indicadores específicos da extensão em 2004, contemplando a explicitação no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, da indissociabilidade, das demandas do entorno social, e da participação dos estudantes (FOREXT, 2013a, p. 13). Isso fica evidente no resgate histórico que traz o Parecer publicado junto às Diretrizes (BRASIL, 2018a),

[...] uma vez que as políticas de extensão devem manter a coerência com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) das instituições, de modo que as atividades extensionistas praticadas, vinculadas ao processo de formação dos estudantes, sejam a

expressão de relevância acadêmica, científica e social. (MEC, 2018b, p. 12).

Ainda é relevante registrar, no contexto da previsão da curricularização da extensão, o debate favorecido pelo FOREXT nos encontros nacionais. Em especial, em 2009, após 10 anos da organização do Fórum, retomaram-se essas pautas e, entre as ações definidas, reiterou-se “a rediscussão sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais, juntamente com o Conselho Nacional de Educação - CNE, objetivando a institucionalização da extensão como componente indispensável para a formação dos profissionais” (FOREXT, 2009, p. 8). No trecho abaixo, retirado da Carta do encontro realizado em Porto Alegre, pode-se evidenciar o resgate das discussões:

em diversos momentos temos insistido na necessidade da extensão no Brasil avançar em institucionalidade, alertando sobre sua importância como vetor para a efetivação da identidade e missão da Universidade (Carta de Florianópolis, 2002), indicando o papel que ela deve cumprir no processo de avaliação institucional (Carta de Brasília, 2003), insistindo em seus atributos como efetivadora do compromisso social da universidade (Carta de Campinas, 2004), ou alertando para a necessidade de estabelecimento da extensão como Política Pública de Estado (Carta de Passo Fundo, 2005). Ao lado de nosso documento de referência<sup>1</sup>, esses documentos caracterizam a extensão como atributo acadêmico, mas também como estrutura institucionalizada nas Universidades e IES brasileiras [...] (FOREXT, 2009, p.2).

Em 2012, o FORPROEX publicou a Política Nacional de Extensão (FORPROEX, 2012), texto que serve como referencial até os dias de hoje. Esse documento foi apresentado como uma atualização do Plano Nacional de Extensão de (FORPROEX, 1998). Gadotti (2017) destaca as diretrizes mencionadas: interdisciplinaridade, interprofissionalidade e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, afirmando, contudo, que apesar de os documentos terem evoluído no que tange à concepção da extensão e por agregarem novos elementos, ainda se percebe um distanciamento da realidade vivenciada nas universidades. Segundo o mesmo autor,

nas suas diversas manifestações o FORPROEX defende um papel inovador para a Extensão Universitária, capaz de promover uma interação transformadora entre universidade e sociedade. Entretanto, o ranço conservador e elitista, presente nas estruturas de algumas universidades têm colocado muitos limites a essa visão da Extensão Universitária (GADOTTI, 2017, p. 3).

No ano seguinte, em 2013, o FOREXT apresentou os “Referenciais para Construção de uma Política Nacional de Extensão das Instituições Superiores Comunitárias Brasileiras”. A publicação desse documento e da Política Nacional de Extensão almejavam preencher a lacuna regulatória para a extensão, conforme referido no Parecer da Resolução (BRASIL, 2018b, p. 12). O documento também refere as importantes articulações políticas que marcam a trajetória do FOREXT:

na última década, as gestões do ForExt ampliaram a participação em reuniões e ações em parceria com órgãos públicos e privados, incluindo inúmeras inserções junto aos setores do MEC e INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) [...] para contribuir academicamente com os documentos e instrumentos que regulamentam e avaliam a extensão universitária no país (FOREXT, 2013a, p. 18).

No mesmo ano, foi homologada a lei que define e qualifica as ICES, na qual é reafirmada a extensão por meio da condição de oferta de serviços gratuitos e da institucionalização de programas de extensão continuados por essas instituições. Por outro lado, a terceira versão do Plano Nacional de Educação estava sendo construída com a participação da sociedade. Referente ao período de 2014-2024, o plano apresenta metas direcionadas ao ensino superior, principalmente voltadas ao aumento de matrículas. Entre essas metas, está a de Nº 12, que se desdobra em 21 estratégias, que reafirmam a curricularização da extensão no item 12.7.

Gadotti, por sua vez, afirma que o PNE 2014-2024 “acendeu a esperança de uma renovação e revalorização da Extensão Universitária”, isso porque, na visão do autor, a extensão poderá “iniciar um processo de transformação da universidade como um todo” (2017, p. 3) por meio da curricularização. Importante ainda situar o contexto da meta 12, que está relacionada ao aumento de matrículas no ensino superior:

elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público (BRASIL, PNE 2014-2024).

A inserção da curricularização não está situada como desdobramento dessa meta por mero acaso. Imperatore et al. (2015) aponta que está alicerçada no financiamento público de vagas em instituições por meio do Programa Universidade para Todos - PROUNI, da ampliação da educação à distância e ainda do caráter público dado às ICES na lei que reconhece esse segmento. A soma desses fatores mencionados, segundo a autora, “possibilitará a alavancagem estatística de matrículas no ensino superior público dos atuais 26% para 43%, estratégia que, matematicamente, promove o atingimento da meta global de 40% de matrículas no ensino superior proposta no PNE” (p. 7).

#### *Construção das Diretrizes para a extensão: enfoques e possíveis intencionalidades*

A construção das Diretrizes para a extensão em um processo coletivo, que aproximou os fóruns de extensão, é tratada nesta seção. A publicação de um documento em âmbito nacional, que traz orientações sobre a concepção e os princípios da atividade extensionista, é relevante para a implantação da curricularização da extensão.

Dessa forma, os encontros do FOREXT de 2013 e 2014 trazem de forma muito presente as preocupações com a implantação da curricularização na defesa de uma prática extensionista que mantenha sua natureza transformadora. Evidenciadas na pauta do encontro de Camboriú (2013), no qual se anunciou a necessidade de defender, nas diferentes instâncias, o desenvolvimento de “metodologias que contemplem a possibilidade de integração e indissociabilidade acadêmica, revendo a inserção da extensão nos Projetos Pedagógicos dos Cursos, bem como garantias orçamentárias para a sua execução” (FOREXT, 2013b, p. 2 - 3). E, ainda, no encontro de Campinas (FOREXT, 2014), que apresentou como temática central “Curricularização da Extensão nas ICES: Desafios do PNE 2014-2024” e objetivou refletir sobre a proposição do PNE e avaliar, de forma sistêmica, a integração curricular da extensão. Tal encontro reiterou, mais uma vez, a importância da articulação desse Fórum, propondo “participar do diálogo entre MEC e segmentos universitários na elaboração do Plano Nacional de Extensão” e ainda “promover ampla discussão da temática curricularização da extensão, através do diálogo interdisciplinar e intersetorial, dentro da universidade, bem como integrar a discussão realizada nos demais fóruns de pró-reitores, MEC e CNE” (FOREXT, 2014, p. 2). A partir da reafirmação da curricularização da extensão no PNE 2014-2024 e da necessidade de definir concepções comuns referentes à extensão no âmbito nacional, pautada pelo FOREXT, a Comissão Nacional de Educação – CNE, vinculada ao Ministério de Educação – MEC, instituiu uma comissão para “estabelecer diretrizes e normas para as atividades de extensão, no contexto da educação superior brasileira, bem como para regimentar o disposto na Meta 12.7 [...]” (BRASIL, 2018b, p. 1). Essa comissão buscou apoio dos fóruns de extensão, promovendo uma discussão ampliada por meio de “um panorama nacional sobre a prática extensionista” (BRASIL, 2018b, p.1). A interlocução dada para essa construção é considerada pioneira e desdobrou-se em encontros que ocorreram ao longo do ano de 2017, a partir dos quais foi construída a proposta de uma minuta.

Durante os meses seguintes, cada um dos quatro fóruns nacionais de extensão teve oportunidade de se reunir em encontros nacionais, e, sob a liderança de seus presidentes, também membros da subcomissão de especialistas do CNE, avaliar o texto da primeira minuta do marco da extensão. [...] Com esse expediente, favoreceu-se enormemente a coleta de importantes contribuições teóricas para a elaboração do marco da extensão (BRASIL, 2018b).

No âmbito do FOREXT, o Encontro Nacional de 2017, realizado em Porto Alegre, apresentou como pauta a apreciação e o debate da minuta, enquanto no evento de 2018, realizado em Brusque, foi feito um relato sobre a audiência com a discussão da temática. O processo seguiu com o refinamento do texto e a realização de uma audiência pública nacional após dezoito meses de trabalho (setembro de 2018). A participação de representações da extensão e de órgãos vinculados ao MEC atribuiu relevância ao processo percorrido e qualificou a definição da redação final que, a partir das discussões da audiência,

ainda passou por alterações até sua publicação em dezembro de 2018 (MEC, 2018b).

Compreende-se que a construção das Diretrizes para todas as universidades apresenta-se como um alento. Realizando uma interlocução que mostra o amadurecimento do debate e que poderá reunir forças para que a curricularização atenda seus propósitos. O esforço do FOREXT para engajar-se na construção das Diretrizes parece estar relacionado à preservação da visão da extensão pelas ICES, com sua origem marcada pelas demandas da sociedade.

## Considerações Finais

As Diretrizes culminam uma trajetória de luta pelo reconhecimento da extensão como função acadêmica, para além dos documentos e das políticas nos quais já se conquistou relevo. Então, apesar do reconhecimento legal da extensão, as universidades somente poderiam viabilizar a curricularização da extensão quando definidas as referências pelo MEC, já que é esse órgão que estará implicado na avaliação dos cursos e na creditação da extensão.

Ao analisar as diferentes políticas, observa-se a pauta para a institucionalização da extensão, como se destaca na Constituição de 1988, em seu artigo 207, que apresenta a determinação da atuação das universidades por meio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e nos Planos Nacionais de Educação de 2001-2010 e 2014-2024, com metas relacionadas à curricularização da extensão nos cursos de graduação. Também no âmbito dos Fóruns de extensão, registra-se a Política Nacional da Extensão (FORPROEX, 2012, p.60), ao citar como primeira de doze ações de sua agenda: “incorporação curricular definitiva das ações de extensão, reconhecendo seu potencial formativo e inserindo-as, de modo qualificado, no projeto pedagógico dos cursos” e os Referenciais (FOREXT, 2013a, p. 33), ao mencionar que “a garantia dessa integração poderá ser feita por meio da inserção dessas atividades nos currículos, nas diferentes formas que as diretrizes curriculares e projetos pedagógicos possibilitam, sendo necessária sua validação por meio de créditos e/ou de outros procedimentos”.

Outro ponto a ser destacado é a atuação do FOREXT, que possui grande importância, ao realizar o movimento de articulação entre os fóruns, assim como marcar que a extensão se apresenta de modo diferente nas universidades públicas, comunitárias e privadas.

Os estudos aqui referenciados apontam preocupações e limites já vislumbrados, assim como pautam caminhos possíveis para a implantação da curricularização da extensão, com vistas a uma atuação dialógica, que respeite seu território de atuação e promova a transformação social. Para Imperatore et al. (2015), os impactos ultrapassam a questão do currículo, visto que tem como proposta a efetivação da indissociabilidade, que, para os autores, passariam a compor a ordem extensão-pesquisa-ensino, resultado que teria como meio o currículo, que reconheceria outras maneiras de aprendizagem e a inserção no território da universidade. Gadotti (2017)

também contribui, afirmando que o PNE apresenta conquistas que colocam um novo foco no ensino superior através da extensão.

Conclui-se, por meio das reflexões trazidas neste trabalho, que esse pode ser o grande momento da extensão nas universidades. Afirmação esta que está embasada, inicialmente, a partir do olhar do percurso da extensão ao longo da recente história do ensino superior brasileiro e, posteriormente, frente às Diretrizes, que abrangem de forma ampla a atuação da extensão universitária, adicionada à garantia de efetivação da institucionalização pela integração com o currículo. A soma desses fatores eleva a extensão a ser pautada nas instituições e fomentada pela gestão, o que pode se dar pela exigência legal, preliminarmente. Assim, ao incluir a extensão na formação de todos os alunos, com o alinhamento previsto nas Diretrizes, uma nova configuração de educação superior será tensionada.

## Agradecimentos

Obrigada aos familiares, e aos colegas da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão e do Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social.

## Contribuição de cada autor

A autora L.I.S. e a coautora R.L.M. planejaram o escopo de pesquisa e definiram o aporte teórico. A coautora D.T.Z. orientou a redação do trabalho e realizou a revisão intelectual crítica do artigo; L.I.S desenvolveu as etapas da metodologia e escreveu o texto final, que apresenta contribuições de R.L.M e D.T.Z.

## Referências

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**, S. 1, pp. 1-32, 1988. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) > Acesso em: 28 mar. 2019.
- BRASIL. Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, p. 1, 2001. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm) > Acesso em: 28 mar. 2019.
- BRASIL. Lei 12.881, de 12 de novembro de 2013. Dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior - ICES, disciplina o Termo de Parceria e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, S. 1, p.1, 2013. Edição Extra. Disponível em: < [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2013/lei/112881.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/lei/112881.htm) > Acesso em: 07 abr. 2019.
- BRASIL. Lei 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE. **Diário Oficial da União**, S. 1, p. 1. Edição extra. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm) > Acesso em: 28 mar. 2019.

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, S. 1, p. 27833, 1996. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm) > Acesso em: 28 mar. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação – MEC, Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES Nº 7, de 18 de dezembro de 2018. **Diário Oficial da União**, S.1, pp 49-50, 2018a. Disponível em: < [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category\\_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192) > Acesso em: 06 mar. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação – MEC, Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES Nº 608/2018. Brasília: 2018b. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2018-pdf/102551-pces608-18/file> > Acesso em: 06 mar. 2019.

FOREXT. **Carta de Porto Alegre - XVI Encontro Nacional Extensão e Ação Comunitária, XI Assembleia Nacional do ForExt**. Porto Alegre: 2009. Disponível em: < [http://portal.pucminas.br/forext/index\\_padrao.php?pagina=4563](http://portal.pucminas.br/forext/index_padrao.php?pagina=4563) > Acesso em: 21 abr. 2019.

FOREXT. **Extensão nas Instituições Comunitárias de Ensino Superior**: referenciais para a construção de uma Política Nacional da Extensão nas ICES. Itajaí: Editora Univali, 2013a. Disponível em: <[http://www1.pucminas.br/imagedb/documento/DOC\\_DSC\\_NOME\\_ARQUI20150309182334.pdf?\\_ga=2.79447572.182010948.1556457703-1635084865.1555886807](http://www1.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20150309182334.pdf?_ga=2.79447572.182010948.1556457703-1635084865.1555886807)> Acesso em: 07 abr. 2019.

FOREXT. **Carta de Camboriú - XX Encontro Nacional Extensão e Ação Comunitária, XV Assembleia Nacional e X Mostra de Extensão do ForExt**. Itajaí, 2013b. Disponível em: <[http://portal.pucminas.br/forext/index\\_padrao.php?pagina=4563](http://portal.pucminas.br/forext/index_padrao.php?pagina=4563)> Acesso em: 21 abr. 2019.

FOREXT. **Carta de Campinas - XXI Encontro Nacional Extensão e Ação Comunitária, XVI Assembleia Nacional**. Campinas, 2014. Arquivo pessoal. Acesso em: 18 mai. 2019.

FORPROEX. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. 1998. [S. l.]: FORPROEX. Coleção Extensão Universitária FORPROEX, vol. I. Disponível em: < <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Plano-nacional-de-extensao-universitaria-editado.pdf> > Acesso em: 28 mar. 2019.

FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: FORPROEX, 2012. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>> Acesso em: 28 mar. 2019.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

GADOTTI, Moacir. **Extensão universitária: para quê?** São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2017. Disponível em < <https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A>

[3o Universit%C3%Aria - Moacir Gadotti fevereiro 2017.pdf](#) > Acesso em: 14 abr. 2019.

IMPERATORE, J. L. R.; PEDDE, V.; IMPERATORE, S. L. B. Curricularizar a extensão ou extensionalizar o currículo? Aportes teóricos e práticas de integração curricular da Extensão ante a estratégia 12.7 do PNE. Colóquio Internacional de Gestão Universitária – CIGU, Desafios da Gestão Universitária no Século XXI, XV, Mar del Plata, 2015. **Anais eletrônicos...** Mar del Plata: UFSC, 2015. Disponível em: < <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/136064> > Acesso em: 07 abr. 2019.

SANTOS, P. F.; SANTOS, C. F. A História da Extensão Universitária no Brasil e o Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e IES Comunitárias. In: MENEZES, A. L. T.; SIVERES, L. (orgs.) **Transcendendo Fronteiras: A contribuição da Extensão das Instituições Comunitárias de Ensino Superior**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011. p. 206 – 227.

VASCONCELOS, E. M. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar: epistemologia e metodologia operativa**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

\*\*\*

Como citar este artigo:

STEIGLEDER, L. I.; ZUCCHETTI, D. T.; MARTINS, R. L. Trajetória para a curricularização da extensão universitária: atuação do FOREXT e diretrizes nacionais. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 10, n. 3, p. 167-174, 2019. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.edu.br/index.php/RBEU/article/view/10916/pdf> >